



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Conclusões da XXIII Cimeira Luso-Espanhola

Braga, 18 e 19 de Janeiro de 2008

A 18 e 19 de Janeiro de 2008 reuniu-se em Braga a XXIII Cimeira Luso-Espanhola, presidida pelo Primeiro-Ministro do Governo português, José Sócrates, e o Presidente do Governo espanhol, José Luís Rodríguez Zapatero.

Esta Cimeira confirmou a assinalável densidade e qualidade do relacionamento entre Portugal e Espanha, bem como o seu significado estratégico para os dois países e a solidez do seu enquadramento institucional.

A Cimeira evidenciou a identidade de pontos de vista e de perspectivas dos dois Governos num conjunto extenso de domínios - bilaterais, europeus e internacionais - e o seu empenho em aprofundarem constantemente estas relações, projectando-as, como elemento positivo que são, no quadro europeu e na cena internacional.

O aprofundamento do projecto europeu, em que os dois países estão activamente empenhados e relativamente ao qual partilham idênticas perspectivas, mereceu uma especial atenção por parte da Cimeira, nomeadamente à luz das disposições do Tratado de Lisboa recentemente aprovado.

A excelência e a diversidade do relacionamento luso-espanhol traduziram-se, desde logo, na assinatura do Acordo de Sede do Laboratório Internacional Ibérico de Nanotecnologia de Braga (ILN). A criação deste Laboratório internacional resulta de uma decisão da XXIª Cimeira, realizada em Évora em 18 e 19 de Novembro de 2005. Ambos os Governos acordaram então na criação de uma instituição internacional de investigação e desenvolvimento no domínio das nanotecnologias e nanociências, sediada em Portugal e gerida conjuntamente pelos dois países. A assinatura do Tratado Constitutivo do Laboratório teve lugar na Cimeira de 2006.

De igual modo, realizou-se a primeira reunião do Conselho Luso-espanhol de Segurança e Defesa, presidido pelos Chefes de Governo dos dois países e com a participação dos respectivos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa.

A importância da cooperação transfronteiriça enquanto elemento significativo do dinamismo do relacionamento bilateral e de oportunidade de desenvolvimento económico e social acrescido das regiões situadas ao longo da extensa fronteira comum reflectiu-se na presença dos Presidentes das Comunidades Autónomas e dos Presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Reconheceu-se a relevância do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça 2007/2013 para o aprofundamento e a concretização futura de iniciativas conjuntas nos sectores do Desenvolvimento Regional, da Saúde, da Administração Interna, do Ambiente e das Comunicações. Uma vez que os dois países já completaram o normativo de aplicação da figura do Agrupamento Europeu Territorial, espera-se um aprofundamento da cooperação nos vários planos administrativos.

Os dois Governos registaram o continuado reforço das relações económicas bilaterais, assim como o potencial que o mercado ibérico em crescente integração oferece aos empresários dos dois países enquanto espaço natural para a expansão das suas



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

actividades. Constataram o desenvolvimento crescente dos contactos entre as sociedades civis dos dois países, reforçando o conhecimento mútuo, a confiança e a solidariedade entre portugueses e espanhóis, imprimindo-lhes um carácter global. Nesse sentido, decidiram dinamizar e ampliar o Fórum Luso-Espanhol, tendo a parte espanhola indicado que o co-presidente do Fórum será o antigo Presidente da Junta da Extremadura, Juan Carlos Rodriguez Ibarra.

Os dois Governos reiteraram o seu decidido empenho no combate ao terrorismo, na luta contra a imigração ilegal e contra todas as formas de criminalidade internacional organizada.

A Cimeira tornou mais uma vez patente o empenho conjunto na busca de novas vias de interesse comum, estendendo a cooperação bilateral a novos domínios e dando resposta aos desafios que se colocam às sociedades dos dois países. Tal ficou patente nas diversas reuniões sectoriais, cujos principais resultados são referidos em anexo, evidenciando a existência de uma sólida agenda bilateral com um claro potencial de constante aprofundamento.

Os dois Governos congratulam-se com os resultados alcançados nesta Cimeira, salientam o espírito de estreita colaboração e de confiança recíproca em que decorreram os trabalhos, e reiteram a importância e o alcance estratégico das relações entre Portugal e Espanha, assim como o continuado empenho dos seus Governos no reforço da cooperação entre os dois países, retirando deles todas as vantagens que a vizinhança, o entendimento e a solidariedade mútua oferecem.

Anexo I

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Relações bilaterais

Portugal e Espanha manifestaram satisfação pela excelente cooperação existente entre os dois países e acordaram realizar consultas no início de cada semestre, designadamente com o objectivo de passar em revista os temas da agenda bilateral e internacional, e intensificar a cooperação entre ambas as partes no plano europeu.

Os Ministros saudaram a realização da segunda reunião da Comissão Luso-Espanhola para a Cooperação Transfronteiriça (CTF), em Tavira, a 23 de Fevereiro de 2007. O encontro a nível técnico veio confirmar que a cooperação transfronteiriça se encontra em progressiva afirmação no contexto global das relações entre Portugal e Espanha.

Os Ministros acordaram na realização em Portugal, em 2008, de uma reunião no formato de Zamora para impulsionar o conceito de cooperação de proximidade subjacente à CTF. Notaram também existir vantagem em proceder a um eventual alargamento do acompanhamento pela Comissão de outros domínios, nomeadamente a Educação Superior, Cultura, Turismo e Obras Públicas.

Sublinharam também os resultados na implementação do Programa Interreg III A e o futuro Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha para o período de 2007/2013, cujos fundos permitirão reforçar a coesão económica e social do espaço de fronteira, através da cooperação territorial.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Os Ministros congratularam-se também pela adopção pelas duas Partes da regulamentação referente à implementação do Regulamento CE 1082/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho de 2006, relativamente aos Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT), que facilitará o desenvolvimento dos projectos levados a cabo conjuntamente pelas entidades territoriais de ambos os países no quadro do mencionado Programa Operacional.

Saudaram a evolução registada na implementação de quatro projectos emblemáticos de CTF no domínio da *Economia do Mar*, entre a Região Norte e a Galiza, *Mobilidade, Inovação e Território*, entre a Região Centro e Castela Leão, *Valorização Territorial da Albufeira do Alqueva*, entre o Alentejo e a Estremadura, e o *Projecto Integrado do Baixo Guadiana*, entre o Algarve e a Andaluzia. Foi igualmente registada a iniciativa acordada no sentido da elaboração de uma metodologia comum de análise por forma a se obter uma avaliação do conjunto dos actuais acordos em 2008. Foi também acolhida a proposta de criação de uma base de dados relativa aos acordos existentes entre as entidades dos dois lados da fronteira.

Registaram a participação dos Ministérios da Saúde de ambos os países na última reunião, tendo sido acordado que a cooperação neste sector seria objecto de informação regular nas próximas reuniões.

Reconheceram, no âmbito da Comissão Internacional de Limites (CIL), o reforço da cooperação bilateral que se reflectiu nos trabalhos realizados na linha de fronteira terrestre e fluvial, nomeadamente o alargamento da regulamentação dos troços internacionais dos rios limítrofes a novas áreas. Tomaram nota do avanço do processo de ratificação do Regulamento da Pesca no Troço Internacional do Rio Minho. Manifestaram interesse no início imediato da negociação de um Regulamento da Pesca no Troço Internacional do Rio Guadiana. Notaram igualmente que estão a ser cumpridos os requisitos constitucionais para a entrada em vigor das modificações ao Regulamento da Caça nas Águas e Margens do Troço Internacional do Rio Minho. Mostraram empenho em que sejam iniciados os trabalhos com vista a assegurar a navegabilidade dos rios Minho e Guadiana, depois de concluídos os estudos em curso.

Decidiram aprofundar os princípios acordados no Memorando de Entendimento assinado entre Portugal e Espanha, em 2006, na área da cooperação para o desenvolvimento.

Reforçar a concertação, a coordenação e a cooperação para o desenvolvimento entre os dois países, bem como assegurar a complementaridade e as sinergias necessárias, a fim de aumentar as acções, projectos e programas conjuntos, para promover o aumento da eficácia da ajuda e a procura de fontes alternativas de financiamento dirigidas aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste.

União Europeia

Passaram também em revista os principais resultados da Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, que decorreu no 2.º semestre de 2007, salientando a excelente cooperação bilateral existente no contexto europeu.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Nesse sentido, saudaram a assinatura do Tratado de Lisboa, no passado dia 13 de Dezembro, em Lisboa, que proporcionará à União um quadro institucional estável e duradouro.

Os Ministros regozijaram-se com a evolução positiva do diálogo da UE com África e em particular com a realização da II Cimeira EU-África, em 8 e 9 de Dezembro de 2007, em Lisboa, encontro que representou a consagração de uma nova base para o relacionamento entre os dois Continentes, centrado num diálogo estratégico entre parceiros que se pretendem iguais, em áreas prioritárias, tais como paz e segurança, boa governação e direitos humanos, desenvolvimento, crescimento económico e comércio e integração regional.

Congratularam-se com a aprovação da Estratégia Conjunta, do primeiro Plano de Acção e da Declaração de Lisboa, documentos que identificam objectivos e compromissos comuns, medidas concretas para responder aos desafios actuais e futuros, tais como migrações, alterações climáticas e exploração sustentável de recursos energéticos, bem como mecanismos de implementação e respectivo acompanhamento.

Saudaram igualmente a realização da 1ª Cimeira UE-Brasil, a 4 de Julho de 2007, em Lisboa, que permitiu lançar uma parceria estratégica global.

Sublinhando a relevância estratégica do Mediterrâneo para a UE, reiteraram o seu compromisso em colaborar activamente no cumprimento do ambicioso Programa de Trabalho para 2008 aprovado na reunião de MNEs de Lisboa, parte integrante do Programa Quinquenal de Barcelona.

Expressaram a sua convicção de que o Processo de Barcelona poderia ser complementado por outras iniciativas que permitam o aprofundamento do diálogo da UE com o Mediterrâneo.

Acordaram, ainda, em coordenar as suas posições no quadro do debate sobre a implementação da PEV reforçada em 2008.

Foi igualmente abordada a decisão do Conselho Europeu de 14 de Dezembro de 2007 de estabelecer um Grupo de Reflexão para ajudar a União a antecipar e a responder de forma mais eficaz aos desafios a mais longo prazo (horizonte 2020-2030). Este Grupo será presidido por Felipe Gonzalez.

Relações externas

Destacaram ainda a exemplar cooperação entre a Presidência-em-exercício espanhola da OSCE e a Presidência portuguesa da União Europeia, que permitiu a concertação de interesses no quadro europeu, bem como num plano multilateral mais vasto.

Congratularam-se também com os resultados do primeiro Fórum Anual da Aliança das Civilizações, realizado em Madrid nos passados dias 15 e 16 de Janeiro, tendo sido reiterado o empenho dos dois Governos na prossecução das prioridades e do plano de acção do Alto Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, Jorge Sampaio.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Registaram com satisfação a excelente cooperação existente entre os dois países em matéria de troca de apoios a candidaturas, com destaque para o apoio concedido por Espanha à candidatura portuguesa a membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (biénio 2011-12) e o apoio português para a candidatura espanhola ao mesmo órgão (biénio 2015-2016).

Sublinharam o sucesso da Conferência de Annapolis e a importância da decisão do Presidente Abbas e do Primeiro-Ministro Olmert de iniciar negociações bilaterais substantivas tendo em vista concluir um acordo até ao final de 2008. Neste contexto, reiteraram o firme apoio ao processo agora desencadeado que reafirma a visão dos dois Estados e deverá conduzir ao estabelecimento de um Estado palestino independente, democrático e viável vivendo lado a lado, em paz e segurança com Israel e países vizinhos.

Congratularam-se, a este propósito, com os resultados positivos da Conferência de Doadores de Paris, que confirmou o inequívoco apoio político e financeiro da comunidade internacional, designadamente dos países árabes, ao fortalecimento das instituições palestinianas, tendo em vista o desenvolvimento económico e a criação de bases consistentes de um futuro Estado Palestino.

Expressaram também a sua preocupação pela actual crise política no Líbano. A estabilidade e o desenvolvimento do Líbano exigem que se ultrapasse o actual impasse que se vive no país e a eleição do novo Presidente, através de uma solução assente no diálogo, no respeito pelas instituições democráticas libanesas e sem interferências externas. Salientaram ainda o papel desempenhado pela UNIFIL, e em particular o trabalho desenvolvido pelos contingentes português e espanhol, na estabilização do Líbano e apelaram à total implementação da resolução CSNU 1701.

Durante tiveram ainda oportunidade de expressar sua satisfação pela escolha da Coesão Social como tema da XVII Cimeira Ibero-Americana e pela assinatura do Convénio Multilateral de Segurança Social.

MINISTÉRIO DA DEFESA

Os Ministros congratularam-se com o momento cimeiro que as relações entre os dois países atravessam, traduzidas quer em valores e interesses comuns, quer nas posições concertadas assumidas no âmbito das diversas organizações internacionais a que pertencem.

Com a finalidade de confirmar a nova dimensão do nosso relacionamento e no seguimento do anunciado na XXII Cimeira Luso-Espanhola de Badajoz, teve lugar, por ocasião desta Cimeira bilateral, a 1.ª reunião do Conselho Luso-Espanhol de Segurança e Defesa (CLESD), que se reunirá anualmente sob a autoridade e orientação do Primeiro-Ministro português e do Presidente do Governo espanhol. Foi acordada a sua estrutura e funcionamento. Os Ministros sublinharam que o CLESD representa um enorme salto qualitativo no estabelecimento de uma verdadeira e estruturada parceria estratégica luso-espanhola.

Os Ministros expressaram também a satisfação pela cooperação desenvolvida ao nível bilateral com os países do Magrebe bem como no âmbito multilateral, a iniciativa 5+5, para a segurança do Mediterrâneo Ocidental, o Diálogo do Mediterrâneo no quadro da OTAN e



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

toda a cooperação realizada no âmbito do Processo de Barcelona no quadro da União Europeia.

Entenderam que a estruturação do diálogo bilateral sobre segurança e defesa representa um virar de página na capacidade conjunta de influenciar e marcar a agenda internacional de interesse para os dois países.

De igual forma, foram debatidos diversos assuntos da agenda comum no âmbito da NATO e da UE, bem como a respectiva participação em missões internacionais.

Sublinharam a convicção da importância da cooperação desenvolvida por Portugal e Espanha com os países da África Subsaariana e da América Latina para a paz e segurança mundiais, na medida em que proporciona uma partilha mais alargada das preocupações e desafios comuns aos diversos continentes.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Recursos Hídricos

Os Ministros confirmam que as relações entre Portugal e Espanha em matéria de recursos hídricos continuam a desenrolar-se num espírito de grande cordialidade e mútuo entendimento e que a Convenção de Albufeira constitui o enquadramento jurídico que assegura eficazmente os interesses de ambos os países, tanto no que respeita à cooperação bilateral, como no que se refere à aplicação da Directiva-Quadro da Água em matérias de interesse comum. As delegações de ambos os países continuam a trabalhar para assegurar a plena implementação da citada Directiva;

Os Ministros concordam que o planeamento deverá constituir a base fundamental para a gestão conjunta das bacias hidrográficas e congratulam-se com os progressos registados na revisão do regime provisório de caudais mínimos que passará de uma base anual para uma base trimestral, por decisão da IX Plenária da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção;

Os Ministros concordam ainda com a decisão da mesma Plenária de se criar um Secretariado Técnico permanente composto por igual número de elementos representantes de cada uma das partes e sediado alternadamente em cada um dos dois países por períodos a decidir;

Os Ministros acordam que a gestão das bacias hidrográficas seja efectuada com a máxima transparência e abertura à participação pública. Para este desígnio contribuem a criação do portal comum da Convenção sobre a Cooperação para a Protecção e Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas bem como a realização de sessões técnicas públicas, cuja edição do ano corrente está programada para Lisboa e terá como tema “A Planificação Hidrológica e as Alterações Climáticas no Contexto Transfronteiriço”;

Os Ministros acordam convocar a reunião da Conferência das Partes durante o mês de Fevereiro do presente ano.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Política Europeia da Água

No seguimento das iniciativas desenvolvidas durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, nomeadamente a Comunicação da Comissão e das Conclusões do Conselho de Ministros da União Europeia de 30 de Outubro de 2007 sobre Escassez de Água e Seca, os Ministros reconhecem a necessidade de continuar a promover acções comuns junto da Comissão Europeia para que se estabeleçam as bases da Estratégia Europeia sobre Seca e Escassez de Água.

Os Ministros reconhecem que o Fundo de Solidariedade da União Europeia é um instrumento fundamental em caso de catástrofe natural de grandes proporções, com graves repercussões nas condições de vida dos cidadãos, no meio natural ou na economia de uma ou mais regiões de um Estado-membro. Este Fundo seria de particular importância em situações de escassez de água e seca, que afectam frequentemente e com intensidade ambos os territórios pelo que os dois Ministros consideram de todo o interesse promover a concertação de estratégias de ambos os países nesta matéria.

Mecanismo de Actuação entre Espanha e Portugal a Aplicar às Avaliações Ambientais de Planos, Programas e Projectos com Efeitos Transfronteiriços

Os Ministros no espírito de excelente entendimento e transparência que tem vindo a caracterizar as relações entre Portugal e Espanha e visando garantir um elevado grau de mútua informação e participação nos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental, adoptam um mecanismo de troca e partilha de informação sobre Avaliação de Impacte Ambiental entre a Agência Portuguesa do Ambiente e a Dirección General de Calidad y Evaluación Ambiental.

Os Ministros comprometem-se ainda a assinar no prazo de 2 meses um Protocolo de Actuação entre Portugal e Espanha a Aplicar às Avaliações Ambientais de Planos, Programas e Projectos com Efeitos Transfronteiriços.

Alterações Climáticas

Os Ministros expressam a sua satisfação com a forma como decorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, que decorreu em Bali em Dezembro último. Destacam em particular o acordo histórico que lança o processo negocial internacional e que culminará em 2009.

Os Ministros acordam ainda continuar a colaborar no âmbito da política comunitária de alterações climáticas, procurando coordenar posições, nomeadamente no que se refere às propostas para cumprir os objectivos da União Europeia de redução de emissões de gases com efeito de estufa para o período pós-Quito.

Conservação da Natureza

Os Ministros comprometem-se a promover acções tendo em vista a elaboração de um acordo internacional visando a constituição de uma área protegida transfronteiriça no Tejo.

Os Ministros congratulam-se pela recente assinatura o Acordo de Cooperação entre Portugal e Espanha para o Programa de Reprodução em Cativeiro do Lince Ibérico, que resulta de um processo de negociação em que ambos os Governos se empenharam. Os



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Ministros comprometem-se a promover os procedimentos adequados em cada um dos países, com vista à plena aplicação e execução deste acordo.

As duas partes trocaram informações sobre as actividades que tem vindo a desenvolver com o objectivo de concretizar um estudo conjunto sobre os impactos das alterações climáticas na biodiversidade de ambos os países e em zonas climáticas e ecossistemas compartilhados.

Fogos Florestais

Os Ministros reconhecem os bons resultados obtidos no âmbito da actual colaboração em matéria de prevenção e combate aos fogos florestais através do Acordo bilateral em vigor e do Protocolo específico para zonas fronteiriças, bem como da Comissão Bilateral Luso-Espanhola para a Prevenção e Luta Contra os Fogos Florestais que continuará a trabalhar para otimizar a cooperação face a um problema comum aos dois países.

Os Ministros comprometem-se a promover acções concertadas junto da Comissão Europeia com vista ao incremento da sua intervenção na prevenção e combate aos fogos florestais no Sul da Europa.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO

Energia

Os Governos de Portugal e Espanha congratularam-se com o arranque efectivo do MIBEL e com o progresso alcançado na implementação do Plano de Compatibilização Regulatória de Março de 2007, designadamente, o arranque do mercado à vista ibérico, o aumento em 50% das interligações por via do reforço das linhas Aldeávila-Douro Internacional, a parceria estratégica REN-REE, a cessação dos Contratos de Aquisição de Energia, a operacionalização dos leilões virtuais de capacidade e a realização de leilões ibéricos comuns de aquisição de energia pelos comercializadores de último recurso.

Com vista a acelerar a o desenvolvimento do Mercado Ibérico de Electricidade ambos os Governos assinaram em Braga um Acordo de Revisão do Acordo de Santiago de Compostela que resulta num novo avanço no processo de harmonização regulatória entre ambos os países criando, nomeadamente, as condições necessárias para o avanço na constituição do OMI. Foi ainda acordado continuar a promover e desenvolver os vários mecanismos de mercado do MIBEL.

Ao nível do desenvolvimento da telecontagem, ambos os Governos acordaram que a introdução destas tecnologias deverá ser realizada de forma progressiva, tendo em consideração os períodos normais de renovação dos contadores, a evolução das condições tecnológicas e garantindo a inexistência de sobre-custos para o consumidor.

Ambos os Governos manifestaram o seu interesse em avançar na criação do MIBGAS (Mercado Ibérico del Gás Natural), comprometendo-se a estudar as propostas do documento de princípios de organização e funcionamento elaborado conjuntamente pela CNE e ERSE. Neste sentido, os Governos congratularam-se com a assinatura do acordo entre a REN e Enagas relativo à transferência de gás natural entre terminais de GNL na península ibérica com vista ao reforço da segurança de abastecimento.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Foi ainda efectuado o ponto de situação dos trabalhos com vista à futura criação do Mercado Eléctrico Regional do Sudoeste e a evolução das interligações entre Espanha e França.

Finalmente, ambos os Governos fizeram uma breve análise dos resultados da Presidência Portuguesa na área da energia tendo o Governo Espanhol felicitado o Governo Português pelos resultados alcançados e foram discutidos as perspectivas futuras da negociação das Directivas Mercado Interno e Renováveis.

Turismo

As Partes congratularam-se com os desenvolvimentos havidos, na sequência da XXII Cimeira de Badajoz (24/25 de Novembro de 2006), designadamente com a realização da 2.ª Comissão Mista (Julho de 2007), prevista no Acordo de Cooperação Turística entre Portugal e o Reino da Espanha, durante a qual foi avaliada a promoção conjunta dos dois países em mercados longínquos, globalmente considerada positiva, bem como alguns aspectos de carácter estatístico relacionados com os movimentos transfronteiriços e controlo de fronteiras.

Considerando a importância do Turismo, bem como o seu contributo para a economia dos dois países, as Partes acordaram desenvolver a cooperação institucional entre as suas Administrações Nacionais de Turismo, para além da colaboração entre empresas e instituições no domínio do sector.

Dados os bons resultados da actuação desenvolvida, em 2006 e 2007, as Partes decidiram dar continuidade ao esforço de promoção conjunta em países longínquos, alargando-a a novos países – Canadá e Japão - e reforçando o investimento nos principais mercados – Estados Unidos e Brasil.

Foi igualmente acordado realizar projectos conjuntos de promoção no âmbito do portal "visiteurope.com", nomeadamente através da produção de conteúdos referentes a rotas e produtos comuns, especialmente os que estão localizados em zonas transfronteiriças.

As Partes manifestaram, igualmente, interesse em promover o intercâmbio de informação relativa a estudos de mercado, modelos de certificação e gestão de qualidade de produtos e serviços turísticos, bem como sobre oportunidades de investimento, com vista à identificação de projectos de interesse mútuo.

Os dois países reconheceram, ainda, a necessidade de intensificar a cooperação no domínio da Formação Profissional, através da realização de projectos comuns entre Instituições neste sector, assim como do intercâmbio de experiências sobre sistemas de formação.

Indústria Automóvel

Dadas as complementaridades científicas e técnicas e os bons resultados da actuação conjunta que vem sendo desenvolvida pelos centros de engenharia de Portugal e Espanha, nomeadamente da Galiza, no âmbito do "cluster automóvel", foi reconhecida a necessidade de reforçar a cooperação institucional e a promoção de iniciativas conjuntas



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

com vista à identificação de projectos de I&DT e de oportunidades de investimento de interesse mútuo. Neste sentido, os Ministros congratularam-se com a assinatura do Protocolo de Colaboração entre o CEIIA “Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel” e o CTAG “Centro Tecnológico de Automocion de Galicia” para o desenvolvimento de uma plataforma de mobilidade sustentável.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Os Ministros da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de Portugal e da Agricultura, Pesca e Alimentação de Espanha assinaram o Acordo para o exercício da actividade da frota de pesca artesanal dos Açores, da Madeira e das Canárias.

Este Acordo regulamenta o acesso recíproco de embarcações de pesca registadas ou baseadas em portos dos Açores, Madeira e Canárias as zonas de pesca localizadas para além das 12 milhas.

Estabelece, ainda, o número de embarcações envolvidas, as espécies a capturar e as medidas adicionais de gestão e controlo da actividade da pesca.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Os Ministros analisaram o estágio de desenvolvimento das infra-estruturas e dos estudos e projectos de transporte comuns, em especial os progressos realizados desde a Cimeira de Badajoz, reafirmando os compromissos assumidos.

Situação dos principais projectos

1. Transporte Ferroviário

Os Ministros salientaram os avanços conseguidos, de forma coordenada, no desenvolvimento e aplicação dos Acordos sobre ligações ferroviárias, alcançados nas últimas Cimeiras Bilaterais.

1.1. Ligação Lisboa-Madrid

Os Ministros constataram os progressos realizados nos diferentes estudos conjuntos desta nova ligação, elaborados pelo AEIE AVEP (Agrupamento Europeu de Interesse Económico – Alta Velocidade Espanha-Portugal), de que se destacam os relativos à Estação Internacional que incluem a análise da sua localização, acessibilidade e financiamento.

Ambos os Ministros encarregaram o Grupo de Trabalho Permanente para o Transporte Ferroviário Portugal – Espanha para, em função desses estudos, apresentar uma proposta de localização da Estação, antes do final de 2008.

Os Ministros congratularam-se com o apoio financeiro de 312,7 M€ que a Comissão Europeia concederá ao troço transfronteiriço Évora-Mérida, para o período 2007-2013, dos fundos da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Relevaram a importância do desenvolvimento dos estudos conjuntos de traçados, de forma a garantir que as infra-estruturas do troço transfronteiriço sejam projectadas com uma plataforma de via tripla (duas vias de bitola UIC para alta velocidade e uma via de bitola ibérica para a linha convencional), bem como quanto à adopção de parâmetros ferroviários que permitam projectar uma linha de características e prestações homogéneas em ambos os países.

A parte portuguesa informou que, prosseguindo a conclusão, em 2013, da ligação Lisboa-fronteira para tráfego misto, o desenvolvimento desta ligação será objecto de uma parceria público-privada (PPP) e que os avanços obtidos nos estudos prévios e de avaliação ambiental desta ligação, permitirão o lançamento dos respectivos concursos, tanto no troço Lisboa-Poceirão, no qual se inclui a Terceira Travessia do Tejo (TTT), como no troço Poceirão-Caia.

Por seu lado, a Ministra espanhola informou sobre a situação das intervenções na linha Madrid-Estremadura, destacando que já se encontram em execução as obras do troço Mérida-Badajoz e que o troço Cáceres-Mérida se encontra em fase de projecto. Mais informou que no troço Talayuela-Cáceres foi aprovado o estudo prévio, após a obtenção da Declaração de Impacto Ambiental em Novembro de 2007, e que será iniciada a elaboração dos projectos.

1.2 Ligação Porto-Vigo

Os Ministros constataram os progressos realizados nos diferentes estudos conjuntos desta nova ligação, elaborados pelo AEIE AVEP, destacando o recente concurso do “Estudo do Modelo de Exploração dos Serviços de Passageiros” na ligação ferroviária de Alta Velocidade Porto-Vigo.

Os Ministros congratularam-se com o apoio financeiro de 244,1 M€ que a Comissão Europeia concederá ao troço transfronteiriço Ponte de Lima-Vigo, para o período 2007-2013 dos fundos da Rede Transeuropeia de Transportes.

Foi sublinhada a importância de, igualmente nesta ligação, ser projectada uma linha de características e prestações homogéneas nos dois países.

A parte portuguesa informou que, tendo por objectivo concluir a ligação Porto-Valença no final de 2013, a execução foi planeada em duas fases. No troço Braga-Valença estão a decorrer os estudos de optimização de traçados para posterior desenvolvimento dos estudos prévios e de impacto ambiental, enquanto no troço Porto-Braga estão em elaboração o Estudo Prévio e o Estudo de Impacto Ambiental. Em ambos os troços prevê-se que todos os estudos fiquem concluídos em 2008.

O lado espanhol informou que o troço Vigo-Porriño se encontra em fase de estudo prévio, com consulta pública já realizada, decorrendo a análise dos resultados, enquanto no troço Porriño-fronteira foi já concluído o estudo prévio, o qual será submetido a consulta pública em 2008.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

1.3 Ligações Aveiro-Salamanca e Évora-Faro-Huelva-Sevilha

O Ministro português informou que na ligação Aveiro-Salamanca, a construção, já em curso, da Plataforma Multimodal de Cacia e respectiva ligação ao porto de Aveiro, prevêem-se concluídas no final de 2009. O lançamento dos concursos para elaboração do Estudo Prévio e do Estudo de Impacto Ambiental dos troços Aveiro-Celorico, com passagem por Mangualde, e Celorico-Almeida / Vilar Formoso, será efectuado em 2008.

Mais informou que na ligação Sevilha-Huelva-Faro-Évora iniciar-se-ão, em 2008, os Estudos de Viabilidade Técnica nos troços portugueses.

A Ministra espanhola informou que, após a obtenção da Declaração de Impacto Ambiental, foi aprovado o Estudo Prévio da linha de Alta Velocidade Medina del Campo-Salamanca, cujos projectos se encontram em execução. Informou, ainda, que foi concluída a elaboração do Estudo Prévio da nova linha Sevilha-Huelva, estando dependente da Declaração de Impacto Ambiental.

Acordou-se promover a alteração dos estatutos do AVEP, alargando o seu âmbito geográfico à ligação Faro-Huelva, tendo em vista o lançamento dos necessários estudos conjuntos para o troço Huelva-Faro.

1.4. Ligação convencional de mercadorias Sines-Elvas-Badajoz-Puertollano-Madrid

Procedeu-se a nova troca de informação sobre a situação dos trabalhos nesta ligação, no que se refere ao desenvolvimento de estudos, projectos e obras, em ambos os países, e sobre as soluções para definição conjunta de *standards* para o tráfego de mercadorias.

Portugal informou que, na ligação Sines-Casa Branca, o troço Sines-Grândola encontra-se na fase de Estudo Prévio e de Impacto Ambiental, prevendo-se a sua conclusão em 2008. A Grande Variante de Alcácer está em execução numa extensão de 29 kms. Os projectos de reabilitação do troço Bombel-Casa Branca serão concluídos em 2008.

Mais informou que se concluiu a renovação e modernização do troço Casa Branca-Évora, com instalação de travessas para terceiro carril.

No troço Évora-fronteira, os estudos das linhas convencionais e da linha de alta velocidade contemplam a utilização de uma plataforma comum, prevendo-se a sua integração conjunta no concurso de PPP, entre Poceirão e Caia.

Espanha informou que no troço Mérida-Puertollano foram realizadas obras de melhoria e modernização da linha. No troço Mérida-fronteira, foi realizada uma renovação integral da linha convencional, que se apresenta paralela neste troço à via dupla em bitola UIC da linha de alta velocidade Lisboa-Madrid. Foi, igualmente, completamente renovada a infraestrutura ferroviária entre Mérida e Villanueva de la Serena.

1.5. Interoperabilidade

O Ministro português informou que, no quadro das Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, foi decidido desenvolver os planos de migração de bitola, sinalização e telecomunicações.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

A Ministra espanhola informou que, em execução da estratégia definida no Plano Estratégico de Infra-estruturas e Transporte 2005-2020 (PEIT), se encontra em elaboração o estudo de alteração de bitola da rede ferroviária. Após uma primeira fase de recolha de informação sobre tecnologia de via, trabalha-se actualmente na formulação de diferentes cenários, com base nas possibilidades tecnológicas (travessa polivalente e terceiro carril), que definirão uma estratégia para a incorporação de itinerários em bitola UIC. A troca de experiências e resultados será possível logo que o estudo atinja um grau de definição e maturidade adequados.

2. Estradas

2.1. Verín-Chaves

O Ministro português informou que a ligação da auto-estrada A24-IP3, entre Chaves (fronteira) e Vila Real, foi concluída, em Setembro de 2007, como previsto.

A Ministra espanhola informou que as obras da Ponte Internacional sobre o Rio Tâmega, cuja execução competiu a Espanha, prevêem-se concluídas em 2008. No que respeita ao troço Verín-fronteira, as obras encontram-se em execução prevendo-se a sua conclusão em 2010.

2.2. Tordesilhas-Zamora-Bragança

O Ministro português informou que, conforme previsto, as obras da Ponte Internacional sobre o Rio Maçãs, entre Quintanilha e San Martin de Pedroso, cuja execução coube a Portugal, foram concluídas em Dezembro de 2007, restando os trabalhos de iluminação e sinalização que dependem da conclusão dos acessos em território espanhol.

Quanto aos troços Amarante-Vila Real e Vila Real-Quintanilha, indicou que foram lançadas, em 2007, as concessões para a sua construção, em auto-estrada, com portagem no primeiro daqueles troços.

A Ministra espanhola informou que os acessos à Ponte sobre o Rio Maçãs estão em execução, com conclusão prevista em 2008.

No que respeita à ligação Tordesilhas-fronteira encontra-se em exploração o troço Tordesilhas-Zamora. No troço Zamora-fronteira após a aprovação, em 2007, do estudo prévio, foi decidida a elaboração de todos os projectos do troço.

2.3. Valladolid-Salamanca-Fuentes de Oñoro/Vilar Formoso

A parte portuguesa informou que foi contratada, em 2007, a execução do projecto do troço Vilar Formoso-fronteira e que se encontra totalmente concluída a ligação, em auto-estrada, entre Aveiro e Vilar Formoso.

A parte espanhola informou que os troços, em auto-estrada, Valladolid-Salamanca e Salamanca-Fuentes de Oñoro se encontram em exploração, com excepção, neste último, do sub-troço Fuentes de Oñoro-Ciudad Rodrigo, actualmente em construção e com conclusão prevista para 2008. O troço Fuentes de Oñoro-fronteira portuguesa encontra-se em fase de redacção de projecto.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

2.4. Outras ligações

Sevilha-Rosal de la Frontera-Vila Verde de Ficalho-Beja

O Ministro português informou que foi lançado o projecto de beneficiação da via existente entre Beja e Vila Verde de Ficalho, e que foi lançada a concessão para a construção do troço da auto-estrada entre Beja e Sines.

A Ministra espanhola informou que se encontra em elaboração o estudo prévio de beneficiação do troço Sevilha-Rosal de la Frontera.

Plasencia-Monfortinho-Castelo Branco

Os Ministros trocaram informações sobre a situação dos projectos desta ligação:

- Em Espanha, esta infra-estrutura é da competência da Junta da Estremadura. No troço Plasencia (Sur)-El Batán foram adjudicadas as obras e encontram-se em elaboração os projectos do troço El Batán-Coria/Moraleja e do troço Coria/Moraleja-fronteira.
- Em Portugal, encontra-se previsto para 2008, o lançamento do estudo prévio entre Castelo Branco e fronteira.

3. Transporte marítimo e portos

Os Ministros acordaram aprofundar a cooperação bilateral em matéria de segurança de tráfego marítimo, no seio do grupo de trabalho constituído, na parte portuguesa, pelo IPTM, IP, Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP e, na parte espanhola, pela Sasemar, Sociedade Estatal de Salvamento e Segurança Marítima, tutelada pela Direcção-Geral da Marinha Mercante.

A missão do grupo de trabalho é a preparação de um documento conjunto que defina os procedimentos a adoptar na troca mútua de informação entre os diferentes centros de controlo de tráfego marítimo identificados.

4. Transporte aéreo. Céu Único Europeu

Considerando que a fórmula do Céu Único Europeu se baseia na gestão de blocos funcionais de espaço aéreo transfronteiriço (FABs), os Ministros reafirmaram a necessidade de colaboração e cooperação entre os dois Estados, assim como dos respectivos prestadores de serviços de navegação aérea (NAV Portugal e AENA) com vista à implementação dos Regulamentos do Céu Único Europeu e à constituição de Blocos Funcionais de Espaço Aéreo (FABs).

Portugal informou da intenção de incluir a RIV Oceânica de Santa Maria no Céu Único Europeu, utilizando a possibilidade prevista no Regulamento (CE) 551/2004, de forma a, conjuntamente com a RIV de Lisboa, constituir um FAB português.

5. Observatório Transfronteiriço Portugal-Espanha

Os Ministros congratularam-se pela edição, em 2007, de uma brochura tripartida de actualização dos principais dados de tráfego transfronteiriço até 2005, e de um documento



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

sobre a evolução inter-anual do tráfego, encontrando-se em fase de preparação o relatório n.º 5 do Observatório, a publicar em 2008.

Trocaram informações sobre a campanha conjunta, de inquérito aos movimentos de veículos pesados de mercadorias, iniciada em Outubro de 2007, nos principais postos da fronteira hispano-portuguesa, a qual terá um ano de duração, com a mesma metodologia utilizada no controlo de tráfego de mercadorias nos Pirinéus.

Sublinharam também o interesse comunitário desta campanha, para a qual Portugal solicitou apoio financeiro através do FEDER.

A parte espanhola informou sobre as acções de investigação no domínio dos movimentos transfronteiriços pendulares que estão a ser desenvolvidas pelas Universidades de Vigo e da Estremadura em cooperação com as Universidades da Beira Interior e de Lisboa, sob patrocínio do Ministério do Fomento.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Os Ministros de Espanha e de Portugal fizeram um balanço da execução do Memorando de Cooperação e Assistência Técnica assinado em 19 Novembro 2005, em Évora, e da Declaração Conjunta assinada em 24 de Novembro de 2006, em Badajoz, e concluíram que a respectiva execução foi manifestamente positiva.

Os Ministros subscreveram um novo Memorando de Cooperação que visa aprofundar a cooperação que se tem vindo a desenvolver entre os dois Ministérios, desde 1998, tornando-a mais operativa, selectiva e assim profícua em 2008. Este Memorando prevê um conjunto de iniciativas, intercâmbios de experiências e de informações entre os serviços competentes de ambos os países em matéria de emprego e formação profissional, segurança social e protecção social, condições de trabalho, prevenção dos riscos profissionais e acções de inspecção do trabalho, políticas dirigidas à infância, família, pessoas com deficiência e idosos e igualdade.

Considerando que nos últimos dez anos a Europa mudou e mudaram os desafios económicos, sociais e institucionais que ela tem diante de si, os ministros promoveram um debate global sobre estas matérias, numa lógica prospectiva que permita retirar ilações para o futuro, identificando prioridades estratégicas de longo prazo para as políticas sociais e de emprego e janelas de inovação para as prosseguir de modo integrado e eficaz.

Neste contexto, os Ministros debateram as várias prioridades temáticas a fomentar entre os dois países, entre elas a área do emprego e mobilidade geográfica e profissional, assinalando a importância de reforçar o esforço comum de regulação do mercado de trabalho, dando particular enfoque ao desenvolvimento de uma parceria estratégica ao nível do emprego, nomeadamente, a definição de uma estratégia de transparência de qualificações entre os dois países para promover a mobilidade, em especial, nas regiões transfronteiriças, bem como o aprofundamento e a agilização dos mecanismos de oferta e procura de emprego.

Tendo em conta o fluxo de trabalhadores transfronteiriços e o aumento das prestações de serviços de carácter transnacional, entre Portugal e Espanha, os países, os Ministros assinalaram a importância do reforço da cooperação entre os organismos dos dois países



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

responsáveis pela área da inspecção do trabalho, a nível central e regional, concretizado, desde 2003, num Acordo de Intercâmbio de Informação e Cooperação, visando uma melhor articulação e eficácia das respectivas intervenções, nomeadamente, um melhor conhecimento das situações irregulares de trabalhadores espanhóis em Portugal e de trabalhadores portugueses em Espanha, contribuindo para uma diminuição das situações de incumprimento.

No que se refere à área da segurança social, os Ministros tomaram nota das acções desenvolvidas, assinalando a importância da promoção de informação e intercâmbio de experiências relativos à gestão de assuntos sobre a aplicação de regulamentos comunitários, em particular, o princípio da determinação da legislação aplicável, e de convenções internacionais em matéria de coordenação de legislações de segurança social.

Paralelamente, e no âmbito das reformas em curso, os Ministros acordaram aprofundar a cooperação ao nível dos sistemas de protecção social, através do intercâmbio de actividades, designadamente, a promoção de estudos, seminários, reuniões técnicas, estágios sobre matérias como, políticas para a infância e juventude; políticas para as famílias; novas abordagens para as políticas de acolhimento familiar; promoção da inclusão e protecção social da população imigrante; políticas e medidas ao nível da parentalidade positiva; monitorização e avaliação de políticas sociais; e simplificação e desburocratização de procedimentos na área da segurança social.

Analysaram, igualmente, as medidas de reforço da fiscalização e controlo de atribuição de subsídios, sendo esta uma das áreas que constitui um dos maiores desafios para ambos os Governos no sentido de tornarem os respectivos sistemas de protecção social mais rigorosos e justos.

Tendo em mente a temática da conciliação entre trabalho, vida familiar e pessoal, num contexto de incremento do emprego das mulheres, tal como preconizado pela Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego, os Ministros acordaram aprofundar as acções neste domínio, para impulsionar a concretização da igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e a conciliação entre a actividade profissional e a vida familiar.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Os Ministros salientaram a importância da cooperação, como se pode constatar pela amplitude dos domínios abrangidos e pretendem que a relação bilateral se desenvolva num quadro de colaboração cada vez mais estreita e estruturada.

Registaram com agrado a Cooperação Bilateral que tem sido desenvolvida entre os dois Países e as conclusões das reuniões da Comissão Paritária, realizadas em Évora (10/01/2007) e em Cáceres (13/11/2007).

Sublinharam no domínio da vigilância epidemiológica a realização, em Setembro de 2008, de um simulacro conjunto de resposta a uma pandemia, a partir da experiência dos exercícios realizados a nível regional em 2007.

Na área da investigação biomédica salientaram a necessidade de identificar projectos de investigação de interesse mútuo e apresentar propostas de investigação conjuntas a programas multinacionais, em especial do Programa-Quadro da UE. Neste ponto,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

procedeu-se à troca de informações sobre os Institutos que nos dois Países desenvolvem investigação no domínio das Ciências da Saúde.

Acordaram igualmente desenvolver um trabalho conjunto em estratégia de avaliação de tecnologias de saúde de modo a assegurar a incorporação de inovações com critérios de qualidade e segurança para os doentes e de sustentabilidade dos sistemas nacionais de saúde.

Reconheceram ainda, o interesse na realização de um Estudo Antropométrico da população masculina a realizar conjuntamente em Portugal e Espanha.

Registaram a importância da reunião técnica de alto nível no domínio da vacinação, a realizar em Setembro 2008, tendo como objectivo a coordenação dos calendários de vacinação em populações transfronteiriças próximas e a troca de informação sobre novas vacinas (aquisição, inclusão nos planos de vacinação).

Na área da doação e transplante de órgãos e tecidos consideraram oportuno aprofundar a cooperação entre as organizações nacionais de transplantes dos dois países.

Os Ministros reconheceram a importância da existência de bancos públicos de sangue do cordão umbilical com fins terapêuticos e de investigação e consideraram que se deve aprofundar a troca de conhecimentos e de boas práticas nesta área.

Tendo em conta o fluxo migratório de profissionais de saúde e dos estudantes de medicina acordaram na criação de um grupo de trabalho para o intercâmbio de informação mútua, o planeamento e o acompanhamento dos mecanismos de mobilidade e de formação de qualidade dos profissionais de saúde, que se reunirá no final de Maio de 2008.

Em relação ao enquadramento jurídico da cooperação transfronteiriça, e no seguimento da Cimeira de Badajoz, determinaram que a nível técnico seja elaborado um instrumento jurídico específico que estabeleça a cooperação entre as ARSs de Portugal e a CCAA do de Espanha.

Os Ministros acordaram ainda da necessidade de aprofundar e enquadrar as áreas de cooperação entre os dois países, tendo concordado com a proposta da Comissão Paritária Luso-Espanhola de iniciar a negociação de um novo acordo de cooperação no domínio da saúde, o qual deverá estar concluído, a nível técnico, o mais breve possível.

Solicitaram à Comissão Paritária que prossiga os trabalhos desenvolvidos com base na articulação institucional, de modo a possibilitar que a cooperação e a troca de informação seja eficaz, com ganhos em saúde para as populações dos dois países.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

As Ministras da Educação de Portugal e de Espanha consideraram prioritário dar um novo impulso ao ensino das línguas e culturas dos dois países.

Neste sentido, assinaram o Memorando de Entendimento no âmbito do ensino não superior, visando o estabelecimento de um regime de reciprocidade e de equidade.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

O desenvolvimento e a promoção da oferta do ensino do espanhol no sistema educativo português e do português no sistema educativo espanhol, como línguas estrangeiras, serão objecto de análise mais detalhada a ser feita por um Grupo de Trabalho constituído para o efeito.

As Ministras salientaram ainda a importância do conhecimento mútuo das medidas de política educativa e troca de experiências no sentido da aprendizagem comum e da disseminação de boas práticas, por forma a dar a necessária consistência às relações bilaterais.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Os Ministros congratularam-se pela assinatura do Acordo de Sede entre o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (INL) e o Estado Português. Após a entrada em vigor nos dois países do Tratado Internacional constitutivo do INL, assinado em Badajoz, por ocasião da XXII Cimeira, foi com satisfação que ambos os governos registaram os importantes desenvolvimentos ocorridos na criação do INL, constantes do relatório de progresso apresentado à Cimeira, com especial destaque para os seguintes pontos:

- A Comissão Instaladora do INL, criada por Decreto-Lei em 19 de Março de 2007, levou a cabo, ao longo do ano de 2007, um excelente trabalho que se consubstanciou sobretudo: a) na constituição da Assembleia Geral da Comissão Instaladora e na nomeação do seu Conselho de Administração, Presidente e Director Executivo; b) na constituição e o início de actividades do conselho científico internacional de aconselhamento do INL; c) no desenvolvimento do projecto científico sobre o qual se vai articular o novo Laboratório; d) na adjudicação, acompanhamento e conclusão do Estudo Prévio (BoD - Basis of Design) das instalações do futuro campus do INL, a duas empresas internacionais e especialistas neste domínio (M+W Zander e HDR, Henningson, Durham & Richardson, Inc.);
- No seguimento desse trabalho foi possível apresentar publicamente no próprio campus do INL, nesta data, a maqueta do projecto básico de arquitectura, numa cerimónia que contemplou o içar das bandeiras portuguesa e espanhola e a colocação simbólica de um padrão que marca a fundação do Laboratório;
- A celebração do Acordo de cedência do direito de superfície entre o INL e a Câmara Municipal de Braga;
- A assinatura de um Memorando de Entendimento entre o INL e a *International Business Machines Corp* (IBM) que estabelece um acordo prévio para explorar possíveis linhas de colaboração no quadro da construção e instalação do INL e das suas actividades em matéria de investigação aplicada, desenvolvimento tecnológico e incubação, em áreas seleccionadas da nanotecnologia;
- Realização (no âmbito da Presidência Portuguesa da UE) em 20-21 de Novembro de 2007, em Braga, da Conferência de Alto Nível sobre Nanotecnologia, com a presença dos Comissários Europeus da Ciência e Investigação e da Sociedade da Informação e Media, além dos próprios Ministros, a qual deu projecção internacional ao Laboratório.

A criação deste Laboratório internacional resulta de uma decisão da XXI Cimeira, realizada em Évora em 18 e 19 de Novembro de 2005, tendo então os dois Governos acordado na criação de uma instituição internacional de investigação e desenvolvimento no domínio das nanotecnologias e nanociências, sediada em Portugal e gerida conjuntamente pelos dois países, culminando com a assinatura do Tratado Constitutivo do Laboratório na Cimeira de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

2006 e finalmente, nesta data, do Acordo de Sede entre o INL já formalmente constituído e o Estado Português.

Ambas as partes registaram ainda, com agrado, os desenvolvimentos ocorridos no âmbito do programa ibérico de capacitação em Nanociências e Nanotecnologias, anunciado na anterior Cimeira e objecto de um Memorando de Entendimento então assinado entre os dois Ministros, e cuja primeira iniciativa se consubstanciou na abertura de um concurso para projectos envolvendo equipas de investigação de instituições de investigação de ambos os países, nas áreas de nanomedicina (sistemas de diagnóstico, e aplicações terapêuticas e libertação controlada de medicamentos), de nanotecnologias para controlo ambiental, e de nanotecnologias para segurança e qualidade alimentar. Das 72 propostas apresentadas, foram aprovadas 10, envolvendo 36 grupos de investigação de cada lado, português e espanhol, na sequência de avaliação por um painel internacional independente.

Foi ainda com satisfação que os Ministros acolheram duas novas iniciativas inseridas neste programa e levadas a cabo pela Comissão Instaladora do INL:

- a) O lançamento de um concurso para a atribuição de bolsas de doutoramentos em laboratórios portugueses e espanhóis, anunciando-se nesta data a atribuição de 15 bolsas a estudantes de doutoramento de ambos os países;
- b) A abertura de um concurso para 7 contratações pós-doutorais em grandes laboratórios internacionais de excelência fora da Península Ibérica – *Max Planck Institute* na Alemanha (dois lugares), *Brookhaven National Laboratory* nos EUA (dois lugares), Universidade do Texas Austin nos EUA (um lugar), Universidade Técnica da Dinamarca (dois lugares) – cujo edital é publicado nesta data.

É também merecedora de apreço a iniciativa da Comissão Instaladora do INL ter organizado em Fevereiro de 2007, na sua sede, uma reunião com os directores de 14 dos principais laboratórios de nanociência e nanotecnologia dos dois países, e com a presença dos coordenadores das redes nacionais de nanotecnologia e de representantes dos ministérios de ambos os países, na qual foram apresentados os vários laboratórios e foram analisadas possíveis formas de colaboração e sinergias com o INL.

No que respeita às restantes iniciativas conjuntas anunciadas na anterior Cimeira e consubstanciadas numa Declaração Conjunta então assinada, os Ministros tomaram nota da concretização dessas iniciativas e manifestaram o interesse em dar-lhes seguimento, nomeadamente:

- a) O lançamento da Iniciativa Ibérica Ibergrid para o desenvolvimento de uma infraestrutura ibérica de computação distribuída Grid, prosseguindo com sucesso a implementação do plano comum ibérico.
A Comissão Técnica redigiu uma proposta de plano comum ibérico de infraestruturas para a computação distribuída aprovada em 16 de Maio de 2007, tendo-se realizado a 1.ª Conferência Ibérica Ibergrid em Santiago de Compostela, de 14 a 16 de Maio de 2007. Foram constituídas as comissões de organização e de programa da 2.ª Conferência Ibergrid, a qual terá lugar dias 12-14 de Maio de 2008, na Universidade do Porto.
Prevê-se a realização simultânea com a Ibergrid de acções de formação ibero-latino-americanas na área do Grid. Foi ainda reforçada a cooperação entre os dois países nas áreas de Redes, Grid e Computação Avançada ao nível de projectos do



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

7.º PQ e bilaterais. Finalmente dar-se-á início em breve à produção com dados reais da Federação Ibérica de Worldwide LHC Computing Grid.

- b) Em termos da Promoção da Cultura Científica e Tecnológica, teve lugar, entre outras actividades, a realização do 1.º encontro Ibérico de Museus e Centros de Ciência, em 30 de Maio de 2007, em Lisboa, bem como o intercâmbio de jovens portugueses e espanhóis entre os 15 e os 17 anos no âmbito da Ocupação Científica dos Jovens nas Férias. Sessenta jovens portugueses e espanhóis realizaram estágios de uma semana em instituições científicas portuguesas e espanholas durante o mês de Julho do ano transacto. Regista-se ainda a colaboração conjunta nos inquéritos à Cultura Científica. Os Ministros acolheram positivamente a continuidade destas actividades em 2008 e apoiaram a assinatura de um protocolo específico entre a Ciência Viva e a FECYT. Finalmente, a propósito da criação do Centro Ciência Viva de Braga, no campus do INL, as partes acordaram a edição de uma Unidade Didáctica sobre Nanotecnologia, bilingue, em que participarão investigadores de ambos os países.
- c) No que toca à interligação directa entre as redes electrónicas de investigação e de ensino de Portugal e Espanha, decidiu-se criar um grupo de acompanhamento permanente de implementação da rede ibérica transfronteiras, com representantes dos dois países de forma a obstar às dificuldades sentidas em 2007 com a conclusão deste processo, de acordo com o que ficara decidido na Cimeira de 2006.
- d) Ambos os ministros reiteraram o interesse no reforço da mobilidade entre Universidades e instituições de I&D dos dois países, em moldes a acordar pelos dois Ministérios mediante proposta do grupo de trabalho anunciado na anterior Cimeira.
- e) Regozijaram-se ainda pela celebração de um acordo sobre a formação avançada em nanomedicina, nomeadamente a criação de um programa de doutoramento conjunto entre Universidades do Norte de Portugal e da Junta da Galiza do Reino de Espanha.

Os dois Governos tomaram nota ainda do bom andamento da cooperação nas restantes áreas e decidiram, dada a substancial cooperação existente e o interesse demonstrado pelas próprias comunidades científicas, seleccionar outras áreas de trabalho conjunto a explorar, designadamente Física Médica, Medicina Nuclear e de Partículas e Imageologia Médica; Ciências da saúde e ciências biomédicas; Ciências e engenharia do ambiente; Ciências Marinhas; bem como reforçar a colaboração bilateral no contexto das actividades desenvolvidas no quadro do Ano Polar Internacional, Ano Internacional do Planeta Terra e Ano Internacional da Astronomia.

Sociedade da Informação

No domínio da Sociedade da Informação, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal e o Ministro da Industria, Turismo e Comércio do Reino de Espanha, regozijaram-se pela assinatura do Protocolo de Cooperação em matéria de Sociedade da Informação que visa dar corpo ao memorando de Entendimento assinado em 2005 e desenvolver um programa de cooperação no âmbito das Tecnologias da Informação e Comunicação e da Sociedade da Informação entre os dois países.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

MINISTÉRIO DA CULTURA

As Partes congratularam-se com a apresentação conjunta da candidatura do Tratado de Tordesilhas de 7 de Junho de 1494 ao Programa da UNESCO “Memória do Mundo”, que viria a culminar com a sua inclusão neste registo dos documentos de significado universal, assim lhe sendo reconhecido o valor determinante do ponto de vista da História mundial.

As Partes manifestaram a sua satisfação com a decisão do Júri do Prémio Luso-Espanhol de Arte e Cultura de o conceder, na sua 1.^a edição, ao tradutor José Bento, pelo seu excepcional contributo para o reforço da cooperação cultural entre Portugal e Espanha e para a divulgação da cultura dos dois países.

As Partes registaram com agrado o incremento das acções de cooperação cultural, designadamente nas áreas da difusão artística e literária, arquivos, combate à pirataria e defesa da propriedade intelectual, património arquitectónico e arqueológico e recuperação do património cinematográfico, saudando a realização, no próximo mês de Fevereiro, do Primeiro Encontro Luso-Espanhol de Museus.

Regozijaram-se ainda com a sintonia de pontos de vista em relação a várias matérias, tais como a aplicação da Agenda Europeia para a Cultura, a protecção do património subaquático, o desenvolvimento da Carta Cultural Ibero-Americana, em particular por intermédio do I Congresso de Cultura Ibero-Americano, ou ainda a aplicação da Convenção da UNESCO sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

COORDENADORES NACIONAIS DA ESTRATÉGIA DE LISBOA

A cooperação bilateral na implementação da Estratégia de Lisboa, de que o Instituto Ibérico de Nanotecnologia é um exemplo, foi analisado pelos Coordenadores Nacionais de Estratégia de Lisboa dos dois países que concordaram em prosseguir a prática de troca de experiências e colaboração na dinâmica reformista da Agenda de Lisboa.

Anexo II

Acordos, Protocolos, Memorandos de Entendimento e Declarações Conjuntas assinadas

- Acordo de Sede do Laboratório Internacional Ibérico de Nanotecnologia.
- Acordo para o exercício da actividade da frota de pesca artesanal dos Açores, da Madeira e das Canárias.
- Acordo que revê o Acordo de constituição de um Mercado Ibérico de Electricidade.
- Protocolo de Cooperação em matéria de Sociedade de Informação.
- Memorando de entendimento entre o Ministério da Educação de Portugal e o Ministério da Educação e Ciência de Espanha no âmbito do ensino não superior.
- Memorando de Entendimento relativo ao programa ibérico de capacitação em nanociências e nanotecnologias.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- Memorando de Cooperação e Assistência Técnica em Matéria Laboral e de Assuntos Sociais entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social da República Portuguesa e o Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais do Reino de Espanha no âmbito do programa de actividades para o ano 2008.
- Declaração Conjunta sobre as iniciativas conjuntas de cooperação em matéria de ciência e tecnologia.